

# INJUSTIÇA EPISTÊMICA E EPISTEMICÍDIO: ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO ÉTICA EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

THIAGO FERREIRA DE OLIVEIRA\*  
JOSÉ AUGUSTO CHAVES GUIMARÃES\*\*  
JOSÉ AUGUSTO BAGATINI\*\*\*

**Resumo:** A epistemologia social, que explora como o conhecimento é construído, compartilhado e validado sob a influência de dinâmicas sociais, políticas e culturais, tem levado o campo da Organização e Representação do Conhecimento (ORC) a repensar as concepções «universais» de seus instrumentos, pois refletem concepções hegemônicas de dominações culturais históricas, com consequências opressivas. Assim, os temas da injustiça epistêmica e do epistemicídio merecem atenção, pois levam à ocultação e ao apagamento. Com base nas concepções seminais de Miranda Fricker e Boaventura de Sousa Santos, realiza-se uma análise sistemática e crítica da literatura e de seu impacto na ORC. Conclui-se que a ORC deve considerar as fontes, contextos e dinâmicas de produção e socialização do conhecimento, adotando uma ética transcultural de mediação que busque inclusão e equidade, bem como reconhecendo, examinando, criticando e subvertendo as estruturas de poder e hegemonias que permeiam conhecimentos e práticas presentes nos sistemas de informação e formação de profissionais da informação.

**Palavras-chave:** Organização e representação do conhecimento; Ética; Injustiça epistêmica; Epistemicídio; Epistemologia social.

**Abstract:** Social epistemology, which explores how knowledge is constructed, shared and validated under the influence of social, political and cultural dynamics, has led the field of Knowledge Organization and Representation (KOR) to rethink the «universal» conceptions of its instruments, as they reflect hegemonic conceptions of historical cultural dominations, with oppressive consequences. Thus, the themes of epistemic injustice and epistemicide deserve attention, as they lead to concealment and erasure. Based on the seminal conceptions of Miranda Fricker and Boaventura de Sousa Santos, a systematic and critical analysis of the literature and its impact on KOR is carried out. It is concluded that the KOR must consider the sources, contexts and dynamics of knowledge production and socialization, by adopting a transcultural ethics of mediation that seeks an inclusion permeated by equity, as well as by recognizing, examining, criticizing and subverting the power structures and hegemonies that permeate knowledge and practices present in information systems and at the information education.

**Keywords:** Knowledge organization and representation; Ethics; Epistemic injustice; Epistemicide; Social epistemology.

---

\* Universidade Federal Fluminense (UFF). Email: thioliveira@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2095-3058>.

\*\* Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho» (UNESP). Email: [chaves.guimaraes@unesp.br](mailto:chaves.guimaraes@unesp.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0310-2331>.

\*\*\* Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho» (UNESP). Email: [jose.bagatini@unesp.br](mailto:jose.bagatini@unesp.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8830-2075>.

## INTRODUÇÃO

A epistemologia social, campo que explora como o conhecimento é construído, compartilhado e validado em contextos coletivos, considera as influências das dinâmicas sociais, políticas e culturais e esse conhecimento vai além de um empreendimento individual para depender de fontes externas, como os testemunhos e as autoridades epistêmicas, e as condições sociais que moldam essas fontes (Goldman 1999). Assim, as desigualdades sociais e as relações de poder podem distorcer o processo de disseminação do conhecimento, criando barreiras que afetam quem tem acesso e quem é reconhecido como um possuidor do saber.

Nesse contexto, e no âmbito específico da Organização e Representação do Conhecimento (ORC), especial preocupação tem-se evidenciado, na literatura da área, com as concepções «universalizantes» no âmbito dos instrumentos de representação do conhecimento, pois esse caráter supostamente «universal» pauta-se em — e reflete — concepções hegemônicas de dominações culturais historicamente construídas, com consequências opressoras, pois desconsideram as pluralidades das formas de conhecer e de existir.

Visando exatamente contrapor-se a essa visão redutora na ORC, desde notadamente a década de 1990 esse campo de estudos vem voltando seu olhar para a contribuição das denominadas teorias críticas que emergem «como uma resposta aos problemas éticos que afetam os processos, instrumentos e produtos de ORC» (Martínez-Ávila, Semidão e Ferreira 2016, p. 118). Sua origem remonta à Escola de Frankfurt, a partir dos anos de 1930, com filósofos como Max Horkheimer, Theodor Adorno, Walter Benjamin, Erich Fromm, Leo Lowenthal, Herbert Marcuse, Friedrich Pollock, Wilhelm Reich e Jürgen Habermas, entre outros, em uma crítica ao Positivismo em que se tinham as coisas e as ideias como elas são, sem um olhar crítico, e, assim, perpetuando-as indistintamente.

Na tradição francesa, autores como Roland Barthes, Jean Baudrillard, Andre Gorz, Henri Lefebvre e Alain Touraine, entre outros, e em consonância com as ideias da Escola de Frankfurt, deram origem ao denominado movimento das teorias críticas. Nessa abordagem aliam-se, ainda, autores francófonos pós-modernistas e pós-estruturalistas como Pierre Bourdieu, Jacques Derrida, Michel Foucault, Jacques Lacan e Jean-François Lyotard.

Sua essência reside no reconhecimento e respeito ao pluralismo e à inclusão de grupos historicamente marginalizados em categorizações derivadas de estruturas de um poder dominante, que estabeleciam um dado modelo como o correto, descrevendo-o detalhadamente e, em contrapartida, deixando todos os demais como «outros» ou meras exceções à regra. Tem-se, assim, por exemplo, a preponderância da lógica das populações brancas sobre as negras, do masculino sobre o feminino, e da heterossexualidade sobre a homossexualidade, etc. (Martínez-Ávila, Semidão e Ferreira 2016, p. 119).

Nesse contexto, e como destacam Martínez-Ávila, Semidão e Ferreira (2016), notadamente autores como Habermas, Foucault e Derrida foram objeto de reflexões em estudos críticos de organização do conhecimento (Olson 1997b; Olson 2001b; Olson 2003; Andersen e Skouvig 2006; Campbell 2007; Campbell 2011; Fox e Reece 2013; Moulaison, Dykas e Budd 2014; Martínez-Ávila e Fox 2015; Martínez-Ávila et al. 2015). Por sua vez, autores posteriores desenvolveram abordagens mais específicas: Hélène Cixous e Tri e Gayatri Chakravorty Spivak (sobre estudos pós-coloniais, em questões como hibridização cultural, mimetismo e diferença), Derrick Bell (sobre aspectos relativos ao racismo e às ações de dessegregação racial), Eve Kosofsky Sedgwick (sobre teoria *queer*), e trouxeram contribuições efetivas para os estudos sobre as teorias críticas no âmbito da organização do conhecimento<sup>1</sup>.

Como destacam Martínez-Ávila, Semidão e Ferreira (2016, p. 118), as teorias críticas em OC emergem «como uma resposta aos problemas éticos que afetam os processos, instrumentos e produtos de OC» e sua aplicação no desenvolvimento de processos, na construção de utilização de instrumentos e na geração de produtos de ORC constitui um importante contraponto à visão universalista, eurocêntrica, reducionista e marginalizante que tradicionalmente permeia esse campo para voltar seu olhar para pontos de vista até então considerados como «outros» pelo *mainstream*, denominados pelos referidos autores como WEBCHAM «(*White, Ethnically European, Bourgeois, Christian/protestant, Heterosexual, Able-bodied, and Male*)». Nesse sentido, os referidos autores destacam esforços investigativos importantes desenvolvidos no âmbito da literatura internacional de ORC, relativamente a aspectos como a teoria crítica de raça, especificamente para populações não-brancas (Furner e Dunbar 2004; Furner 2007; Martínez-Ávila et al. 2015); falantes de línguas não-ocidentais (Kua 2004); religiões não-cristãs (Afolabi 1992; Oh e Yeo 2001); teoria *queer* e comunidades LGBT (Greenblatt 1990; Greenblatt 2011; Campbell 2000; Campbell 2004; Christensen 2008; Christensen 2011; De La Tierra 2008; Keilty 2009; Keilty 2012a; Keilty 2012b; Adler 2009; Adler 2012; Ornelas 2011; Martínez-Ávila, Fox e Olson 2012; Pinho e Guimarães 2012; Drabinski 2013), teorias feministas (Olson 1997a; Olson 1997b; Olson 1998; Olson 2001a; Olson 2001b; Olson 2007; Kublik et al. 2003; Samuelsson 2010; Fox 2011; fox2012; Fox e Olson 2012).

A abordagem das teorias críticas no âmbito da ORC «tem dado ensejo a um dos principais espaços de discussão acadêmica para reivindicar uma representação respeitosa perante estes grupos e sujeitos» (Martínez-Ávila e Mello 2022, p. 21). Assim, ao questionar e refletir acerca de aspectos relativos a hegemonia, relações e instrumentos de poder, contextos sociais e culturais, e emancipação, entre outros, o aporte

---

<sup>1</sup> Martínez-Ávila, Semidão e Ferreira (2016) discorrem, em um artigo seminal, sobre a importância das teorias críticas para os estudos em organização do conhecimento.

das teorias críticas contribui para a busca por processos, instrumentos e produtos de ORC de natureza mais justa, inclusiva e emancipatória e que considerem, no seu desenvolvimento, a análise das relações de poder e desigualdade envolvidas, assim como suas implicações para a produção e o acesso ao conhecimento<sup>2</sup>.

Cumprir destacar que, se «conhecimento é poder», como já destacava Francis Bacon (1597), em sua obra *Meditationes Sacrae*, do final do século XVI, é imprescindível assegurar que este não seja monopolizado, mas, sim, democratizado, permitindo que os diversos sujeitos da sociedade possam contribuir para a construção dos saberes. Amparando-se na epistemologia social, González de Gómez (2022, p. 185) destaca uma tendência, de caráter construtivo, que «coloca o assento na responsabilidade epistêmica e hermenêutica de indivíduos, coletivos e instituições, visando a fortalecer ou reinventar os sistemas de arbitragem e as molduras normativas (epistêmicas, éticas, jurídicas)».

Ao estabelecer mediação entre um conhecimento produzido e o acesso, apropriação e uso desse conhecimento para a construção de um novo conhecimento, a ORC atua entre culturas e suas epistemes, o que demanda clareza dos limites de seu «poder de nomear». Para tanto, pressupõe o desenvolvimento de uma ética transcultural de mediação a partir de um exercício hermenêutico que contribua para uma representação mais justa de vozes frequentemente marginalizadas (Olson 2002; García-Gutiérrez 2002; Oliveira e Guimarães 2023).

Se há algumas décadas, a área de ORC pautava suas reflexões no discurso da universalidade, que «traz uma falsa impressão de cooperação mútua de conhecimento e aculturações de diálogos em equidade» (Gonçalves e Mucheroni 2021, pp. 6-12). Dando margem a dominações culturais muitas vezes hostis, e à consequente legitimação de um pensamento de moldes hegemônicos, mais recentemente, a crença no universalismo vem sendo questionada a partir do conceito de *glocal* (*global + local*) *knowledge organization*, em que se busca propiciar um diálogo global, mas sem desconsiderar peculiaridades e idiosincrasias locais que permeiam diferentes culturas (Andersen e Skouvig 2017).

E é exatamente no âmbito das teorias críticas em ORC, notadamente no que tange à preservação, no tempo e no espaço, de um saber oriundo de contextos que fogem dos moldes hegemônicos, que dois temas merecem especial atenção, por conduzirem, respectivamente à ocultação e ao apagamento: a injustiça epistêmica e o epistemicídio.

---

<sup>2</sup> Especial destaque merece, no âmbito da discussão acerca das teorias críticas em ORC, a obra *Teorias Críticas em Organização do Conhecimento* (Saldanha, Almeida e Silveira, org., 2022), que traz significativas contribuições acerca da bibliografia e da literatura de povos tradicionais do Brasil (Machado e Saldanha 2022), de questões de gênero e sexualidade (Pinho 2022); da teoria crítica racial de Dubois (Silva 2022); e da colonialidade (Santos 2022), entre outras.

À vista do exposto, busca-se, nesta oportunidade, discutir a questão da injustiça epistêmica e, no limite, do epistemicídio, no intuito de refletir sobre seus impactos inerentemente danosos no âmbito da ORC. Para tanto, e sob o aspecto metodológico, este trabalho configura-se como uma pesquisa exploratória de base bibliográfica buscando uma análise sistematizada e crítica do tema por meio da articulação de conceitos, argumentos e interpretações de modo a subsidiar o estabelecimento de relações entre diferentes perspectivas teóricas, avançando na construção de sentidos e na formulação de proposições que ampliem o entendimento sobre determinado fenômeno (Meneghetti 2011; Soares, Picolli e Casagrande 2018).

Assim, e complementarmente a um cotejo entre as concepções de Miranda Fricker (2007) sobre injustiça epistêmica e de Boaventura de Sousa Santos (2007). Para tanto, procedeu-se a uma busca na base Scopus em 19 de maio de 2025, sob os termos *epistemic injustice* e *epistemicide* especificamente presentes tanto nas *keywords* atribuídas pelos autores quanto no título dos artigos. Esse critério de seleção teve por intuito considerar os trabalhos de maior precisão e especificidade temática a esse respeito, uma vez que a presença do termo de busca tanto no título quanto nas palavras-chave, enquanto áreas de alta precisão temática (por serem, junto com o resumo, as mais importantes para o acesso temático a um artigo), revela a clara assunção dos autores em abordar esse tema. Chegou-se, assim, a um conjunto de 36 artigos sobre injustiça epistêmica e 12 artigos sobre epistemicídio que compuseram o *corpus* de análise.

Desse modo, parte-se da apresentação e discussão teórica sobre injustiça epistêmica e, em seguida, sobre epistemicídio para, posteriormente, analisar como estes fenômenos ocorrem e se comportam no âmbito da ORC.

## 1. INJUSTIÇA EPISTÊMICA

A injustiça epistêmica constitui conceito inicialmente desenvolvido por Miranda Fricker, na obra *Epistemic Injustice: Power and Ethics of Knowing* (Fricker 2007), em que busca compreender como a injustiça se torna algo imperceptível no âmbito da produção de conhecimento, afetando negativamente a capacidade de muitos sujeitos em adquirir conhecimento (Kuhnen e Fricker 2013). O conceito refere-se a uma forma de exclusão que se manifesta na produção e circulação do conhecimento, quando determinadas vozes ou grupos sociais são desvalorizados ou silenciados.

Essa exclusão pode ocorrer de diferentes modos, sendo a injustiça epistêmica subdividida em duas dimensões principais: a injustiça testemunhal e a injustiça hermenêutica. A injustiça testemunhal acontece quando o relato ou testemunho de uma pessoa é desvalorizado ou desacreditado devido a preconceitos, seja de classe, raça, gênero ou de outros fatores sociais. Em outras palavras, o conhecimento que essa pessoa poderia contribuir é rejeitado por conta de suposições preconceituosas sobre a sua

credibilidade (Fricker 2007). Por outro lado, a injustiça hermenêutica refere-se à falta de recursos conceituais ou interpretativos necessários para compreender ou expressar as experiências de determinados grupos. Nesse caso, as estruturas sociais dominantes não fornecem as ferramentas linguísticas ou conceituais para que certos indivíduos ou comunidades possam articular suas próprias vivências, o que limita a capacidade de participação plena no processo de construção do conhecimento (Fricker 2007).

A partir da literatura analisada, observam-se, como contribuições ao plano teórico, a proposta de alguns resgates e correlações como: a) uma teoria materialista da ideologia, focando em como ideias sociais reproduzem hierarquias raciais, em vez de se concentrar apenas em falhas epistêmicas individuais (Bufkin 2024), b) a questão da culpabilidade moral associada a atos de injustiça testemunhal como uma forma de negligência (Riggs 2012), c) a crítica à teoria da razão pública de Rawls, na medida em que esta impõe encargos injustos a grupos marginalizados, levando a uma injustiça epistêmica especialmente quando os agentes são considerados não confiáveis ou privados de recursos epistêmicos (Baccarini 2020), d) as relações intrínsecas entre injustiça epistêmica com a liberdade epistêmica e a opressão epistêmica, explorando temas como silenciamento, ignorância ativa e exploração epistêmica (Landström 2024), e) as relações entre generalizações e injustiça testemunhal, na medida em que as generalizações podem causar injustiça epistêmica ao levar a uma credibilidade deflacionada das palavras de um falante devido a preconceitos (Rosola e Cella 2020). Nesse contexto, Riggs (2012) caracteriza a teoria de Fricker como uma teoria da virtude, sugerindo que sua base normativa é mais deontológica.

Decorrendo do tema da injustiça epistêmica e de suas derivações — injustiça testemunhal e injustiça hermenêutica — Smith e Archer (2020) introduzem o conceito de *déficit de atenção epistêmica* como uma forma distinta de injustiça epistêmica, em que a falta de atenção devida a um agente epistêmico afeta a capacidade de influenciar crenças e o terreno comum nas trocas testemunhais, além de discutir os danos que esses déficits causam à agência epistêmica e ao desempenho educacional.

Nikolaidis (2021) e Lee (2021), por sua vez, propõem, respectivamente, as concepções de *injustiça epistêmica formativa*, relativa aos danos à capacidade de conhecimento resultantes de restrições indevidas das capacidades formativas, e de *injustiça epistêmica antecipatória*, acerca da possibilidade de as pessoas sofrerem danos em sua capacidade de conhecimento devido a desafios antecipados ao compartilhar testemunhos.

Posteriormente, Dryzek e Niemeyer (2025) introduzem o conceito de *injustiça epistêmica expressiva*, que se refere à falha sistemática em refletir os valores e crenças de indivíduos ou grupos nas suas expressões de desejos, analisando como essa forma de injustiça pode persistir independentemente da eliminação de injustiças testemunhal e hermenêutica, e propondo a deliberação cidadã como uma solução para remediá-la.

Em uma abordagem mais aplicada, a literatura trata a ocorrência de injustiças epistêmicas em distintos campos de estudo e de atuação, tais como:

- a) Religião: injustiças epistêmicas relacionadas a visões religiosas, com destaque para islamofobia como um tema negligenciado na literatura (Vinten 2025);
- b) Trabalho: injustiças testemunhais e hermenêuticas, causadoras de danos morais aos trabalhadores decorrentes das hierarquias no local de trabalho (Kwok 2021);
- c) Educação: a sensibilidade moral como elemento para superar injustiças epistêmicas em estudantes socialmente desfavorecidos (Merzifonluoglu e Hamarat 2022) e as desigualdades entre currículos, teoria e práticas da CI ocidentais e orientais que levam a injustiças epistêmicas (Yeon et al. 2023);
- d) Saúde: a colisão entre a injustiça epistêmica, especificamente a injustiça testemunhal e o dever de não maleficência dos médicos e suas consequências nos pacientes (Della Croce 2023), os preconceitos culturais, as dinâmicas de poder e os vieses disciplinares embutidos nos sistemas classificatórios incorporados às tecnologias digitais de saúde mental e seus efeitos na avaliação psicológica e a prática terapêutica (Patin, Youngman e Hauser 2024), e as injustiças algorítmicas, enquanto uma derivação das injustiças epistêmicas, a partir dos entrelaçamentos sociotécnicos entre IA e Medicina Baseada em Evidências (EBM) que podem reproduzir injustiças algorítmicas e desconsiderar as complexidades qualitativas do cuidado em saúde (Emah e Bennett 2025); e
- e) Tecnologias da informação e da comunicação: os danos epistêmicos e outras formas de prejuízos que podem afetar a credibilidade e o *status* dos indivíduos, a partir das tecnologias de ciência de dados (Symons e Alvarado 2022), o anonimato *online* como elemento que permite que indivíduos marginalizados se apresentem como pertencentes a grupos dominantes, dificultando a identificação de perpetradores e de vítima (Tobi 2024), a possibilidade de as tecnologias digitais e a inteligência artificial gerarem preconceito se desigualdades como parte de um problema sistêmico que abrange práticas científicas, tecnológicas e institucionais (Zermeño-Flores, Tufte e Navarrete-Vega 2024).

A isso se aliam, ainda, abordagens sobre as injustiças epistêmicas em contextos sociais, científicos e geográficos, como:

- a) Arquivos, relativamente a danos epistêmicos decorrentes da destruição de arquivos, em especial no caso de «arquivos migrados» (Landström 2021) e a necessidade de reconhecimento, pelas instituições arquivísticas, das injustiças na representação em arquivos coloniais e populações colonizadas (Juergens 2025);



- b) Diversidade linguística: injustiças linguísticas e suas implicações na produção de conhecimento global (Lin 2024) e injustiças epistêmicas no ambiente de trabalho em que a competência linguística afeta julgamentos de credibilidade e como grupos marginalizados enfrentam injustiça hermenêutica (Wilmot 2024);
- c) Ciência e pesquisa: o uso de métricas na avaliação de pesquisa contribuindo para a competição e reproduz desigualdades sistêmicas, com implicações sociais que suprimem a visibilidade e credibilidade de trabalhos de minorias, perpetuando injustiças epistêmicas nas práticas de conhecimento (Ma 2022), a importância de permitir que as pessoas afetadas por injustiças epistêmicas, em zonas autoritárias, falem por si mesmas, enfatizando a necessidade de inclusão de elementos participativos em pesquisas (Hopman et al. 2023), os riscos de injustiça epistêmica associados a práticas de pesquisa extrativas e à pesquisa encoberta, que ignora o direito ao consentimento informado dos participantes e, a partir do silenciamento e desvalorização das comunidades marginalizadas, reforça desigualdades estruturais entre Norte e Sul Global (Kaur et al. 2023), e a forma como a injustiça contributiva e a injustiça testemunhal se manifestam na seleção de autores (principalmente homens brancos) e na forma como os alunos são posicionados em relação à maneira como o conhecimento científico é desenvolvido, validado e aceito dentro da comunidade científica (Stroupe, Suárez e Scipio 2025).

Igualmente se destacam as abordagens relativas à ocorrência das injustiças epistêmicas em questões afetas ao feminismo (Giladi 2018), ao racismo (Lagewaard 2021), e a culturas específicas, como as populações africanas (Chimakonam 2017) e indígenas (Ajmani et al. 2024).

## 2. EPISTEMICÍDIO

O termo «epistemicídio» foi cunhado pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2007), ao descrever o processo, que vem ocorrendo ao longo dos últimos cinco séculos, de desqualificação e morte de conhecimentos de sociedades e culturas que se colocam física e virtualmente do «outro lado da linha» (Santos 2007). O autor sugere que o pensamento moderno ocidental calca-se em um sistema de distinções visíveis e invisíveis, estabelecido por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o «deste lado da linha» (sociedades metropolitanas) e o «do outro lado da linha» (territórios e sociedades coloniais), linhas essas traçadas tanto no sentido literal quanto metafórico e que demarcam as fronteiras da realidade social, de tal modo que o pensamento moderno ocidental atua como um tipo de pensamento abissal (hegemônico) (Santos 2007, pp. 71-79).



Esse pensamento abissal, segundo Sousa Santos (2007), reside «na concessão do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso à ciência, em detrimento de dois conhecimentos alternativos: a filosofia e a teologia». Tal monopólio estaria no cerne da «disputa epistemológica moderna entre as formas de verdade científicas e não científicas» (Santos 2007, p. 2). Assim, as tensões entre ciência, de um lado, e filosofia e teologia, do outro, tornam-se altamente visíveis «deste lado da linha» e se assentam na invisibilidade de formas de conhecimento que não se encaixam em nenhuma dessas realidades (conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses ou indígenas), ou seja, aqueles que se encontram «do outro lado da linha».

Desse modo, o conhecimento do «outro lado da linha» — por encontrar-se para além do universo do verdadeiro e do falso — desaparece como conhecimento relevante ou comensurável por não ser parte constituinte do conhecimento aceitável, aquele que provém «deste lado da linha» (ciência, filosofia e teologia) e, na melhor das hipóteses, pode se tornar objeto ou matéria-prima de investigação científica (Santos 2007).

Como destacam Youngman et al. (2022, p. 358), «o epistemicídio refere-se à destruição do conhecimento e é perpetuado por meio de injustiças epistêmicas, que são as maneiras pelas quais prejudicamos os conhecedores no processo de seu desenvolvimento epistemológico». Isso tem consequências diretas na compreensão do patrimônio cultural e na memória coletiva, podendo conduzir àquilo que o autor denomina como injustiças comemorativas (de natureza memorial, performativa ou documental) que conduzem ao epistemicídio ao promoverem «o desenvolvimento de uma metalinguagem para conectar conceitos relacionados de destruição, silenciamento e ausência de conhecimento entre disciplinas nos estudos da informação cultural» (Santos 2007).

Referindo-se a contextos cultural e geograficamente específicos, como o universo das populações indígenas, Sonkqayi (2024) alerta para os equívocos e erros relativos à caracterização do conhecimento por elas construídos, muitas vezes levando ao seu apagamento por meio de uma caracterização errônea de seus sistemas de conhecimento, levando ao epistemicídio no currículo escolar. Como destaca o autor, esse epistemicídio pode ocorrer a partir de formas artificiais de integração ou mesmo de moldagem desse conhecimento a outros sistemas de conhecimento, muitas vezes levando à construção de falsas dicotomias e atingindo negativamente o senso de identidade. Essa situação de domínio de um paradigma epistemológico no currículo educacional é igualmente destacada por Masaka (2018), relativamente às populações do continente africano. Ainda relativamente às populações indígenas, e no caso específico do México, Sanchez e Sanchez (2022), referindo-se ao *Design Social* — e ao *Design Thinking* enquanto metodologia dele decorrente — alerta para uma «prática de racismo cordial e a uma forma de epistemicídio que dá continuidade às tentativas de invisibilizar, erradicar ou apropriar o conhecimento dos Povos Indígenas».

Trazendo a questão para o âmbito acadêmico, mais especificamente no que se refere ao processo de pesquisa e à sua socialização, Carozzi e Horner (2025, p. 45) destacam que a revisão ética acerca das iniciativas para encobrir ou ocultar contextos culturais histórica e geograficamente construídos torna-se fundamental para se evitar a perpetuação de abordagens basicamente pautadas em pressupostos eurocêntricos e positivistas que, como destaca o autor, reforçam aquilo que Massey (2005) denomina como «geografia do conhecimento dominante». Como decorrência, pode-se chegar ao apagamento de multilinguismos locais e suas epistemologias associadas, reproduzindo desigualdades linguísticas (Phyak 2021, p. 219).

Vale destacar que o termo epistemicídio, na concepção original de Boaventura de Sousa Santos, encontra-se voltado «à erradicação sistemática, pela ciência ocidental, dos conhecimentos indígenas do Sul Global», e foi reinterpretado por Bennett (2023, p. 514) para referir-se a artigos provenientes de culturas não-anglófonas que, para «serem publicados em inglês, como língua franca da ciência, demandam uma radical reestruturação que muitas vezes destrói a infraestrutura epistemológica que lhe deu origem». Isso caracteriza aquilo que o autor denomina como uma «monocultura epistemológica» que leva à destruição das demais, que acabam por se moldar a um *modus faciendi* e a um *modus operandi* de uma cultura dominante (Bennett 2023, p. 514). A esse respeito, já havia o autor argumentado anteriormente que o *status* hegemônico da língua inglesa na comunicação científica na atualidade, oriundo de um movimento que se espalhou das ciências exatas e biológicas para as ciências humanas e sociais, «tornou-se gradualmente o discurso de prestígio do mundo anglófono, sem dúvida devido às suas associações com as estruturas de poder da modernidade (tecnologia, indústria e capitalismo)» e, como consequência, tornou invisíveis outros conhecimentos que passaram a ser engolidos por um processo de epistemicídio (Bennett 2007, p. 151). Com isso, o autor refere-se a um «efeito insidioso», na comunicação científica, do uso do inglês relativamente a outras línguas, de tal modo que «textos escritos por acadêmicos estrangeiros precisam ser completamente *domesticados* para garantir a aceitação por periódicos internacionais, um processo que às vezes envolve a destruição de toda a infraestrutura epistemológica do original» (Bennett 2013, p. 169).

Sem considerar a questão linguística discutida por Bennett, mas ainda referindo-se à escrita acadêmica como uma forma de socialização do conhecimento, ainda que isso possa refletir um falso empoderamento, a reflexão de Eybers (2022) destaca a sua importância como elemento que pode promover a emancipação epistemológica e a visibilidade de acadêmicos originalmente marginalizados por conta de intimidações étnicas, permitindo que estes possam transcender «as fronteiras do escritório/laboratório, elaborando sistemas de conhecimento de maneiras que os fazem sentir-se emancipados» (Eybers 2022).

### 3. INJUSTIÇA EPISTÊMICA, EPISTEMICÍDIO E OC

Patin et al. (2021), ao definir e qualificar o «epistemicídio» e como ele ocorre no campo da Ciência da Informação, apoiam-se em Bennett (2007, p. 154), para quem o termo pode ser definido como uma «sistemática destruição de formas rivais de conhecimento», rivalidade essa que se manifesta de maneira muito tênue uma vez que, segundo Sousa Santos (2007), o conhecimento «do outro lado da linha» sequer pode ser considerado rival, uma vez que é invisível/inexistente e habita um não-lugar, impedindo, assim, que haja uma disputa com o pensamento hegemônico ocidental, esse, sim, rival de si mesmo (ciência, filosofia e teologia).

De forma mais específica, Patin et al. (2020) situam o epistemicídio como uma forma de «assassinato, silenciamento, aniquilação ou desvalorização de uma forma de conhecer» e isso pode ocorrer por conta de um acúmulo de «injustiças epistêmicas» — opressão estruturada e sistêmica de formas específicas de conhecimento —, levando à supressão da agência epistêmica de alguns indivíduos e grupos e à elevação de outros, produzindo categorias privilegiadas e derogadas de «knowers» (Patin et al. 2021). Trata-se, pois, de uma experiência traumática, que cria repercussões por gerações, de tal modo que a violência do apagamento do saber que é infligido a uma geração terá impacto na próxima.

Desse modo, cabe destacar o local em que se insere a Ciência da Informação (CI) que, como as demais ciências, encontra-se situada tradicionalmente no «deste lado da linha» de Sousa Santos (2007), enunciado como seu objeto a informação em si. Nesse contexto, e considerando a trilogia informacional proposta por Buckland (1991) — como conhecimento, como processo e como coisa —, observa-se um efetivo privilegiamento desta última vertente — como coisa — desde visões mais restritivas como a de «um conhecimento que se encontra registrado sob forma impressa, numérica, oral ou visual» (Le Coadic 1996) até visões mais abrangentes que se referem a alguma forma de materialização que possibilita a socialização do conhecimento para sua permanência no tempo e a sua portabilidade no espaço (Smit e Barreto 2002).

Desse modo, pode-se dizer que a CI não deixa de assumir uma característica redutora quando, ao considerar tão somente aquilo que de fato está «registrado», e não se atenta para outros saberes oriundos, por exemplo, de sociedades ágrafas. Desse modo, necessários se tornam movimentos no sentido de reconhecer o conhecimento oriundo desses contextos e buscar formas para que esse conhecimento seja evidenciado e socializado, como parte do patrimônio cultural de uma sociedade que pretende ser inclusiva.

Patin et al. (2020) destacam que a academia em geral, a CI e as unidades de informação projetam valores normativos e hegemônicos e influenciam fortemente o acesso das pessoas às informações, muitas vezes sinalizando para o que é legítimo e o que vale a pena pesquisar, conhecer e ensinar.

Esse aspecto hegemônico e normativo, especificamente no caso da ORC, envolve dimensões de poder, representação e justiça e constitui tema central na obra *The Power to Name* de Hope Olson (2002), em que a autora discute como o processo de representação do conhecimento em bibliotecas, pela sua natureza intrinsecamente enviesada, pode causar danos a indivíduos e comunidades, por meio dos denominados «substitutos documentais» (catálogos, índices, etc.). Nesse âmbito, preconceitos, visões de mundo centradas em paradigmas dominantes e categorizações dicotômicas, entre outros, vêm à tona e contribuem para o apagamento de contextos culturais outros que o da corrente dominante.

Vale destacar que a representação do conhecimento, a partir de artefatos conceituais e terminológicos, contribui fortemente para tal apagamento. Isso ocorre, por exemplo, quando um sistema de classificação divide as religiões do mundo em cristãs e não-cristãs; quando um país se vale de uma metonímia valendo-se do termo América (a rigor, um continente) para representá-lo (Estados Unidos); quando o uso da expressão homossexualismo (considerando que o sufixo *ismo* designa um vício, como em alcoolismo ou tabagismo) ocorre em vez do termo homossexualidade; quando se denominam como *religiões primitivas* aquelas que se encontram fora do padrão eurocêntrico; ou, em sentido oposto, quando se ocorre a utilização irrefletida de termos artificiais, em busca de um politicamente correto cuja metaforicidade é discutível, como é o caso do termo afro-americano para designar negros (esquecendo-se que o continente africano comporta distintas etnias), ou no limite o termo pessoas esteticamente vulneráveis para pessoas desprovidas de beleza física (Guimarães 2017).

Ainda no âmbito informacional, Schwartz e Cook (2002) discutem a relação dos arquivos e documentos com o poder e suas implicações na construção ou não da memória de um determinado grupo. Na visão dos autores, instituições arquivísticas e documentos de arquivo sempre foram sobre poder — do Estado, da Igreja, da corporação, da família, do público ou do indivíduo — e estabelecem relações de poder que podem validar narrativas que dão, ou não, coesão e significado a indivíduos, grupos e sociedades, podendo privilegiar ou marginalizar, e ser ferramenta de hegemonia ou resistência. Alie-se a isso o alerta de Youngman et al. (2022) relativamente às consequências danosas dos silêncios arquivísticos que, por sua vez, podem levar ao epistemicídio no âmbito da memória coletiva.

No âmbito dos museus, El Hadi, Elbeely e Abdelwahab (2023), a partir dos contextos históricos dos reinos da Núbia e de Kushite ao longo do rio Nilo, referem-se a uma situação de racismo, marginalização e discriminação da civilização do vale do Nilo, no Sudão, e sua herança cultural tangível, na medida em que essa herança cultural passou a ser costumeiramente representada, no mundo ocidental, como parte da cultura egípcia.

Em suma, no âmbito da CI — e aqui considerada forma ampla, compreendendo fazeres e saberes relativos a arquivos, bibliotecas e museus — cumpre resgatar aquilo que Yeon et al. (2023) alertam como desequilíbrios de poder entre currículos, teorias e práticas ocidentais e não-ocidentais, valendo-se do conceito de dano epistêmico para compreender a dimensão internacional da injustiça epistêmica em CI.

É importante destacar, nesse contexto, a contribuição de Patin et al. (2021) às dimensões da injustiça epistêmica — testemunhal e hermenêutica — propostas por Fricker (2007), a elas acrescentando, notadamente a partir do contexto da CI, as dimensões de injustiça participatória (oriunda, por exemplo, de elementos como o fator de impacto e os custos de acesso a revistas científicas) e curricular (quando as estruturas curriculares e os materiais didáticos não contemplam culturas não-hegemônicas).

Desse modo, quando se têm negligenciados ou ausentes os conceitos de injustiça epistêmica e epistemicídio, nos envolvemos, enquanto campo, no processo de aniquilação de formas de conhecimento, uma vez que recorrentemente excluímos inúmeras epistemologias com base em raça, etnia, habilidade, religião ou gênero e privilegiamos determinados sistemas de conhecimento e formas de saber e, por consequência, podemos perder discussões importantes sobre poder, representação e justiça (Patin et al. 2020).

A questão do Poder, portanto, permeia as discussões aqui postas, uma vez que, a partir da concepção de Foucault (2021), pode-se assumir que profissionais da informação — e em especial os que se dedicam à ORC — atuam como agentes/veículos de poder e, a partir de suas ações, ou da falta delas, podem desqualificar um determinado tipo de saber, enquanto privilegiam outros. A unidade de informação, seria, portanto, o resultado de um acúmulo dessas ações, ora de desqualificação, ora de privilegiamento de uma determinada episteme.

Cumprir destacar que Foucault (2021) propõe que não é o indivíduo que cria o poder, mas, ao contrário, é o poder quem cria o indivíduo. Desse modo, a instituição (acúmulo de decisões), a partir das relações estabelecidas com um indivíduo, passa a subsidiar seu processo de constituição, definindo qual o tipo de saber de que esse — e, por consequência, seu grupo — vai se apropriar e, portanto, disseminar em uma situação futura. Portanto, ao desprivilegiar uma episteme (injustiça epistêmica), pode-se, por consequência de acúmulo, apagá-la por completo (*epistemicídio*).

Assim, cabe à CI, e em especial à ORC, no que tange ao desenvolvimento de seus processos, à concepção e utilização de seus instrumentos e à geração de seus produtos, uma reflexão acerca de seu papel no reconhecimento, preservação e promoção de epistemes desfavorecidas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas, impedindo sua destruição e seus apagamentos, excepcionalmente nas estruturas que as silenciam.

## CONCLUSÃO

Como se pode observar, o tema tratado evidencia-se por meio de uma injustiça epistêmica (geradora de um desequilíbrio), que leva ao dano epistêmico (enquanto um prejuízo efetivo e irreversível), e que pode levar ao epistemicídio (como morte ou aniquilamento).

A literatura acerca da injustiça epistêmica — em suas distintas vertentes — e do epistemicídio revela-se profícua e variada, na medida em que esses temas, dada sua relevância social, encontra-se presente em distintas áreas do conhecimento.

No caso da ORC, enquanto espaço de sistematização, representação e mediação de modo a permitir que um dado conhecimento possa ser acessado, apropriado e subsidiar a geração de um novo conhecimento, há de se ter em conta, inicialmente, o que se considera por conhecimento e quais as suas fontes, e seus contextos e dinâmicas de produção e de socialização.

É necessário, pois, que se adote uma postura ética perante o conhecimento a ser organizado e representado, assumindo que esse conhecimento é, por definição, plural e multifacetado, refletindo distintos processos culturais e construindo-se historicamente a partir de diferentes epistemes.

Nesse contexto, a questão deontológica vem necessariamente à tona, na medida em que os valores envolvidos são de diversas ordens e as moralidades são circunscritas a distintos contextos e momentos.

No entanto, um valor fundamental — talvez como um exercício de um imperativo categórico kantiano — estaria na busca pela inclusão, obviamente permeada pela equidade, de tal modo que os ambientes de ORC sejam mais do que espaços de promoção de um processo comunicativo, mas, indo além, de uma oportunidade de exercício daquilo que García-Gutiérrez (2002) denomina como ética transcultural de mediação. Nesse âmbito, cabe a reflexão acerca da necessidade de se reconhecer, examinar, criticar e subverter as estruturas de poder e hegemonias que permeiam os saberes e fazeres presentes em unidades e sistemas de informação assim como na formação de profissionais que neles atuam.

## REFERÊNCIAS

- ADLER, Melissa, 2012. Disciplining knowledge at the Library of Congress. *Knowledge Organization*. 39(5), 370-376.
- ADLER, Melissa, 2009. Transcending library catalogs: a comparative study of controlled terms in LCSH and user-generated tags in Library Thing for transgender books. *Journal of Web Librarianship*. 3(4), 309-331.
- AFOLABI, Michael, 1992. Spiritual Matters: Provision for Independent African Churches in General Classification Schemes. *International Classification*. 19(4), 210-213.
- AGGER, Ben, 1991. Critical theory, poststructuralism, postmodernism: their sociological relevance. *Annual Review of Sociology*. 17, 105-131.



- AJMANI, Leah Hope, et al., 2024. Whose Knowledge is Valued? Epistemic Injustice in CSCW Applications. *Proceedings of the ACM on Human-Computer Interaction*. **8**(CSCW2), 1-28.
- AMANKWE, Nwozo, 1972. Africa in the Standard Classification Schemes. *Library Resources & Technical Services*. **16**(2), 178-194.
- ANDERSEN, Jack, e Laura SKOUVIG, 2017. *The organization of knowledge: caught between global structures and local meaning*. Bingley: Emerald.
- ANDERSEN, Jack, e Laura SKOUVIG, 2006. Knowledge organization: a sociohistorical analysis and critique. *The Library Quarterly*. **76**(3), 300-322.
- BACCARINI, Elvio, 2020. Which theory of public reason? Epistemic injustice and public reason. *Croatian Journal of Philosophy*. **20**(59), 199-214.
- BACON, Francis, 1597. *Meditationes Sacrae*. Londres: Excusum impensis Humfredi Hooper.
- BÁEZ-VIZCAÍNO, Katherine, 2024. Exploring epistemic injustice: a bibliometric analysis of academic production and its evolution. *Publishing Research Quarterly*. **40**(1), 11-29.
- BEAK, Jihee, Inkyung CHOI, e Tae Hee LEE, 2015. Research methods in KO domain: pilot study. Em: *The Big Deal: 3<sup>rd</sup> Milwaukee Conference on Ethics in Knowledge Organization*, 28-29 May, Milwaukee, United States.
- BELL, Derrick A., 1995. Who's afraid of critical race theory? *University of Illinois Law Review*. (4), 893-910.
- BENNETT, Karen, 2023. Translating knowledge in the multilingual paradigm: beyond epistemicide. *Social Science Information*. **62**(4), 514-532.
- BENNETT, Karen, 2013. English as a lingua franca in academia: combating epistemicide through translator training. *Interpreter and Translator Trainer*. **7**(2), 169-193.
- BENNETT, Karen, 2007. Epistemicide! The tale of a predatory discourse. *Translator*. **13**(2), 151-169.
- BERMAN, Sanford, 1971. *Prejudices and antipathies: a tract on the Library of Congress concerning people*. Metuchen: Scarecrow Press.
- BROWNE, Kath, e Catherine J. NASH, 2010. *Queer Methods and Methodologies: Intersecting Queer Theories and Social Science Research*. Farnham: Ashgate.
- BUCKLAND, Michael K., 1991. Information as thing. *Journal of the American Society of Information Science*. **42**(5), 351-360.
- BUFKIN, Sarah, 2024. Racism, epistemic injustice, and ideology critique. *Philosophy & Social Criticism*. DOI: <https://doi.org/10.1177/01914537241244824>.
- CAMPBELL, D. Grant, 2011. RDA and RDF: A Discourse Analysis of Two Standards of Resource Description. Em: Richard P. SMIRAGLIA, ed. *Proceedings from North American Symposium on Knowledge Organization* [Em linha]. Toronto, Canada, vol. 3, pp. 207-216 [consult. 2024-05-15]. Disponível em: <http://journals.lib.washington.edu/index.php/nasko/article/view/12804>.
- CAMPBELL, D. Grant, 2007. The Birth of the New Web: A Foucauldian Reading of the Semantic Web. *Cataloging & Classification Quarterly*. **43**(3-4), 9-20.
- CAMPBELL, D. Grant, 2004. A Queer Eye for the Faceted Guy: How a Universal Classification Principle Can Be Applied to a Distinct Subculture. Em: Ia C. MCILWAINE, ed. *Knowledge Organization and the Global Information Society: Proceedings of the Eighth International ISKO Conference (London, 13-16 July 2004)*. Würzburg: Ergon, pp. 109-113.
- CAMPBELL, D. Grant, 2000. Queer Theory and the Creation of Contextual Subject Access Tools for Gay and Lesbian Communities. *Knowledge Organization*. **27**(3), 122-131.
- CAROZZI, G., e L. K. HORNER, 2025. Onto-Epistemicide and the Research Ethics Board: Toward a Reflexive Ethics. *Qualitative Inquiry*. **31**(1), 45-57.
- CHIMAKONAM, Jonathan O., 2017. African philosophy and global epistemic injustice. *Journal of Global Ethics*. **13**(2), 120-137.



- CHRISTENSEN, Ben, 2011. Interfiling Intersex: How Dewey Classifies Intersex in Theory and in Practice. Em: Ellen GREENBLATT, ed. *Serving LGBTIQ Library and Archives Users: Essays on Outreach, Service, Collections and Access*. Jefferson: McFarland, pp. 201-211.
- CHRISTENSEN, Ben, 2008. Minoritization vs. Universalization: Lesbianism and Male Homosexuality in LCSH and LCC. *Knowledge Organization*. **35**(4), 229-238.
- CRUZ, Manuel Padilla, 2014. Pragmatic failure, epistemic injustice and epistemic vigilance. *Language & Communication*. **39**, 34-50.
- DE LA TIERRA, Tatiana, 2008. Latina Lesbian Subject Headings: the Power of Naming. Em: K.R. ROBERTO, ed. *Radical Cataloging: Essays at the Front*. Jefferson: McFarland, pp. 94-102.
- DELGADO, Richard, e Jean STEFANCIC, 2001. *Critical Race Theory: An Introduction*. Nova Iorque: NYU Press.
- DELLA CROCE, Yoann, 2023. Epistemic injustice and nonmaleficence. *Journal of bioethical inquiry*, **20**(3), 447-456.
- DRABINSKI, Emily, 2013. Queering the Catalog: Queer Theory and the Politics of Correction. *Library Quarterly: Information, Community, Policy*. **83**(2), 94-111.
- DRYZEK, John S., e Simon J. NIEMEYER, 2025. Expressive Epistemic Injustice: Definition, Measurement, and Deliberative Cure. *Political Research Quarterly*. **78**(1), 294-307.
- EL HADI, W. M. E., S. H. ELBEELY, e S. A. ABDELWAHAB, 2023. How Racism Leads to Epistemicide or Murder of Knowledge? A Case Study of Tangible and Cultural Heritage of the Nile Valley in Sudan. *Knowledge Organization*. **50**(6), 391-406.
- EMAH, Imo, e S. J. BENNETT, 2025. Algorithmic emergence? Epistemic in/justice in AI-directed transformations of healthcare. *Frontiers in Sociology*. **10**. DOI: <https://doi.org/10.3389/fsoc.2025.1520810>.
- EYBERS, Oscar Oliver, 2022. Can Academic Writing Transform Epistemicide to Emancipation? *International Journal of Educational Organization and Leadership*. **30**(1), 1-13.
- FOUCAULT, Michel, 2021. *Microfísica do poder*. 13.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Paz & Terra.
- FOX, Melodie J., 2012. Communities of Practice, Gender and Social Tagging. Em: A. NEELAMEGHAN, e K.S. RAGHAVAN, eds. *Categories, Relations and Contexts in Knowledge Organization: Proceedings of the Twelfth International ISKO Conference (Mysore, India, 6-9 August 2012)*. Würzburg: Ergon Verlag, pp. 352-358.
- FOX, Melodie J., 2011. Prototype Theory: An Alternative Concept Theory for Sex and Gender? *Knowledge Organization*. **38**(4), 328-334.
- FOX, Melodie J., e Austin REECE, 2013. The Impossible Decision: Social Tagging and Derrida's Deconstructed Hospitality. *Knowledge Organization*. **40**(4), 260-265.
- FOX, Melodie J., e Hope A. OLSON, 2012. Feminist Epistemologies and Knowledge Organization. Em: Richard P. SMIRAGLIA, e Hur-Li LEE, eds. *Cultural Frames of Knowledge*. Würzburg: Ergon, pp. 79-97.
- FRICKER, Miranda, 2008. Forum on Miranda Fricker's «Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing». *Theoria*. **23**(1), 69-71.
- FRICKER, Miranda, 2007. *Epistemic Injustice: Power and Ethics of Knowing*. Oxford: Oxford University Press.
- FURNER, Jonathan, 2007. Dewey Deracialized: A Critical Race-Theoretic Perspective. *Knowledge Organization*. **34**(3), 144-168.
- FURNER, Jonathan, e Anthony W. DUNBAR, 2004. The Treatment of Topics Relating to People of Mixed Race in Bibliographic Classification Schemes: A Critical Race-Theoretic Approach. Em: Ia C. MCILWAINE, ed. *Knowledge Organization and the Global Information Society: Proceedings of the Eighth International ISKO Conference (London, UK, 13-16 July 2004)*. Würzburg: Ergon, pp. 115-120.

- GARCÍA-GUTIÉRREZ, Antonio L., 2007. *Desclasificados: Pluralismo Lógico Y Violencia De La Clasificación*. Rubí: Anthropos.
- GARCIA-GUTIÉRREZ, Antonio L., 2002. Knowledge organization from a «culture of the border»: towards a transcultural ethics of mediation. Em: M. J. LÓPEZ-HUERTAS, ed. *Challenges in knowledge representation and organization for the first century: integration of knowledge across boundaries*. Würzburg: Ergon, pp. 516-522.
- GILADI, Paul, 2018. Epistemic injustice: a role for recognition? *Philosophy & Social Criticism*. **44**(2), 141-158.
- GOLDMAN, Alvin, 1999. *Knowledge in a Social World*. Oxford: Oxford University Press.
- GONÇALVES, Robson de Andrade, e Marcos L. MUCHERONI, 2021. O que é epistemicídio?: uma introdução ao conceito para a área da Ciência da Informação. *Liinc em Revista* [Em linha]. **17**(2), e5759 [consult. 2024-05-15]. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5759>.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida, 2022. Orientações contemporâneas da Ciência da Informação: vinculações com a epistemologia social. *Museologia & Interdisciplinaridade*. **11**(22), 179-198.
- GREENBLATT, Ellen, 2011. The Treatment of LGBTIQ Concepts in the Library of Congress Subject Headings. Em: Ellen GREENBLATT, ed. *Serving LGBTIQ Library and Archives Users: Essays on Outreach, Service, Collections and Access*. Jefferson: McFarland, pp. 212-228.
- GREENBLATT, Ellen, 1990. Homosexuality: The Evolution of a Concept in the Library of Congress Subject Headings. Em: Cal GOUGH, e Ellen GREENBLATT, eds. *Gay and Lesbian Library Service*. Jefferson, NC: McFarland, pp. 75-85.
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves, 2017. Slanted knowledge organization as a new ethical perspective. Em: Jack ANDERSEN, e Laura SKOUVIG, eds. *The organization of knowledge: caught between global structures and local meaning*. Bingley: Emerald, pp. 86-102.
- HARDING, Sandra, 1986. *The Science Question in Feminism*. Ithaca: Cornell University Press.
- HJØRLAND, Birger, 2013. Theories of Knowledge Organization – Theories of Knowledge. *Knowledge Organization*. **40**(3), 169-181.
- HJØRLAND, Birger, 2009. Concept Theory. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. **60**(8), 1519-1536.
- HJØRLAND, Birger, 2008. Deliberate bias in knowledge organization. *Advances in Knowledge Organization*. **11**, 256-261.
- HOPMAN, Marieke Janne, et al., 2023. Speaking of epistemic injustice: a reply. *Journal of Human Rights Practice*. **15**(2), 374-394.
- JUERGENS, Charles, 2025. Building better archival futures by recognizing epistemic injustice. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. **38**(1), 149-169.
- KAUR, Kirandeep, et al., 2023. Ethics and Epistemic Injustice in the Global South: A Response to Hopman's Human Rights Exceptionalism as Justification for Covert Research. *Journal of Human Rights Practice*. **15**(2), 347-373.
- KEILTY, Patrick, 2012a. Tagging and Sexual Boundaries. *Knowledge Organization*. **39**(5), 320-324.
- KEILTY, Patrick, 2012b. Sexual Boundaries and Subcultural Discipline. *Knowledge Organization*. **39**(6), 417-431.
- KEILTY, Patrick, 2009. Tabulating Queer: Space, Perversion, and Belonging. *Knowledge Organization*. **36**(4), 240-248.
- KUA, Eunice, 2004. Non-Western Languages and Literatures in the Dewey Decimal Classification Scheme. *Libri*. **54**(4), 256-265.
- KUBLIK, Angela, et al., 2003. Adapting Dominant Classifications to Particular Contexts. *Cataloging & Classification Quarterly*. **37**(1/2), 13-31.

- KUHNEN, T. A., e Miranda FRICKER, 2013. Epistemic injustice: power and the ethics of knowing. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*. **20**(33), 627-639.
- KWOK, Chi, 2021. Epistemic injustice in workplace hierarchies: power, knowledge and status. *Philosophy & Social Criticism*. **47**(9), 1104-1131.
- LAGEWAARD, Thirza J, 2021. Epistemic injustice and deepened disagreement. *Philosophical Studies*. **178**(5), 1571-1592.
- LANDSTRÖM, Karl, 2024. On epistemic freedom and epistemic injustice. *Inquiry*. DOI: <https://doi.org/10.1080/0020174X.2024.2323561>.
- LANDSTRÖM, Karl, 2021. Archives, epistemic injustice and knowing the past. *Ethics and Social Welfare*. **15**(4), 379-394.
- LE COADIC, Yves-François, 1996. A ciência de informação. Trad. Maria Yêda F. S. de Filgueiras GOMES. Brasília: Briquet de Lemos/Livros.
- LEE, Ji-Young, 2021. Anticipatory epistemic injustice. *Social Epistemology*. **35**(6), 564-576.
- LIN, Yao, 2024. Linguistic diversity, global epistemic injustice, and Kantian public reason: comments on Lu-Adler on Kant's linguistic Orientalism. *Asian Journal of Philosophy*. **3**, 84.
- MA, Lai, 2022. Metrics and epistemic injustice. *Journal of Documentation*. **78**(7), 392-404.
- MACHADO, Elisa Campos, e Gustavo SALDANHA, 2022. A bibliografia e a literatura de povos e comunidades tradicionais no Brasil. Em: Gustavo Silva SALDANHA, Tatiana de ALMEIDA, e Naira SILVEIRA, org. *Teorias críticas em organização do conhecimento* [Em linha]. Rio de Janeiro: IBICT, pp. 37-55 [consult. 2024-05-15]. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1248>.
- MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel, et al., 2015. What Is an Author Now? Discourse Analysis Applied to the Idea of an Author. *Journal of Documentation*. **71**(5), 1094-1114.
- MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel, e José Augusto Chaves GUIMARÃES, 2013. Library Classifications Criticisms: Universality, Poststructuralism and Ethics. *Scire*. **19**(2), 21-26.
- MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel, Marcio FERREIRA, e José L. MAGRO, 2015. Aplicación de la Teoría Crítica de Raza en la Organización y Representación del Conocimiento. *Scire*. **21**(2), 27-33.
- MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel, e Mariana Rodrigues Gomes de MELLO, 2022. Da Teoria Crítica às Teorias Críticas: o percurso das reivindicações aplicadas na Organização do Conhecimento. Em: Gustavo SALDANHA, Tatiana de ALMEIDA, e Naira SILVEIRA, org. *Teorias críticas em organização do conhecimento*. Rio de Janeiro: IBICT, pp. 21-34.
- MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel, e Melodie J. FOX, 2015. The Construction of Ontology: A Discourse Analysis. Em: Richard P. SMIRAGLIA, e Hur-Li LEE, eds. *Ontology for Knowledge Organization*. Würzburg: Ergon, pp. 13-37.
- MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel, Melodie J. FOX, e Hope A. OLSON, 2012. Intersectionality in Users of Library Knowledge Organization Systems: Lessons Learned from the Misrepresentation of Latina Lesbians. Em: José Augusto Chaves GUIMARÃES, e Vera DODEBEI, eds. *Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade*. Marília: ISKO-Brasil; FUNDEPE, pp. 160-163.
- MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel, Rafael SEMIDÃO, e Marcio FERREIRA, 2016. Methodological Aspects of Critical Theories in Knowledge Organization. *Knowledge Organization*. **43**(2), 118-125.
- MASAKA, Dennis, 2018. The Prospects of Ending Epistemicide in Africa: Some Thoughts. *Journal of Black Studies*. **49**(3), 284-301.
- MASSEY, Doreen, 2005. *For Space*. Londres: SAGE Publications.
- MENEGHETTI, Francis Kanashiro, 2011. O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*. **15**(2), 320-332. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-6552011000200010>.
- MERZIFONLUOGLU, Samet, e Ercenk HAMARAT, 2022. Epistemic Injustice, Social Studies, and Moral Sensitivity. *Ethics and Education*. **17**(4), 403-420.

- MILANI, Suellen Oliveira, José Augusto Chaves GUIMARÃES, e Hope A. OLSON, 2014. Bias in subject representation: convergences and divergences in the international literature. Em: Wieslaw BABIK, ed. *Knowledge organization in the 21<sup>st</sup> century: between historical patterns and future perspectives*. Würzburg: Ergon, pp. 335-344.
- MITOVA, Veli, 2024. Can theorising epistemic injustice help us decolonise? *Inquiry*. DOI: <https://doi.org/10.1080/0020174X.2024.2327489>.
- MOULAISON, Heather Lea, Felicity DYKAS, e John M. BUDD, 2014. Foucault, the Author, and Intellectual Debt: Capturing the Author-Function through Attributes, Relationships, and Events in Knowledge Organization Systems. *Knowledge Organization*. **41**(1), 30-43.
- NIKOLAIDIS, Alexandros C., 2021. A third conception of epistemic injustice. *Studies in Philosophy and Education*. **40**(4), 381-398.
- OH, Dong-Geun, e Ji-Suk YEO, 2001. Suggesting an Option for DDC Class Religion (200) for Nations in which Religious Diversity Predominates. *Knowledge Organization*. **28**(2), 75-84.
- OLIVEIRA, Walter Clayton de, e José Augusto Chaves GUIMARÃES, 2023. Hermenêutica e organização e representação da informação: transversalidade e verticalidade na Ciência da Informação. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends* [Em linha]. **17**, e023062 [consult. 2024-05-15]. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/14966>.
- OLSON, Hope A., 2007. How We Construct Subjects: A Feminist Analysis. *Library Trends*. **56**(2), 509-541.
- OLSON, Hope A., 2003. Transgressive Deconstructions: Feminist/Postcolonial Methodology for Research in Knowledge Organization. Em: José Antonio FRÍAS, e Crispulo TRAVIESO, eds. *Tendencias e Investigación en Organización del Conocimiento/Trends in Knowledge Organization Research*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 731-740.
- OLSON, Hope A., 2002. *The Power to Name: Locating the Limits of Subject Representation in Libraries*. Dordrecht: Kluwer.
- OLSON, Hope A., 2001a. The Power to Name: Representation in Library Catalogues. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*. **26**(3), 639-668.
- OLSON, Hope A., 2001b. Patriarchal Structures of Subject Access and Subversive Techniques for Change. *Canadian Journal of Information and Library Science*. **26**(2/3), 1-29.
- OLSON, Hope A., 2000. Difference, Culture and Change: The Untapped Potential of LCSH. *Cataloging & Classification Quarterly*. **29**(1/2), 53-71.
- OLSON, Hope A., 1999. Cultural Discourses of Classification: Indigenous Alternatives to the Tradition of Aristotle, Durkheim and Foucault. Em: Hanne ALBRECHTSEN, e Jens-Erik MAI, eds. *Proceedings of the 10th ASIS SIG/CR Classification Research Workshop (October 13, 1999)*. Medford: Information Today, Inc. for the American Society for Information Science and Technology, pp. 91-106. Advances in Classification Research, 10.
- OLSON, Hope A., 1998. Mapping beyond Dewey's Boundaries: Constructing Classificatory Space for Marginalized Knowledge Domains. *Library Trends*. **47**(2), 233-254.
- OLSON, Hope A., 1997a. Thinking Professionals: Teaching Critical Cataloguing. *Technical Services Quarterly*. **15**(4), 51-66.
- OLSON, Hope A., 1997b. The Feminist and the Emperor's New Clothes: Feminist Deconstruction as a Critical Methodology for Library and Information Studies. *Library & Information Science Research*. **19**(2), 181-198.
- OLSON, Hope A., e Melodie J. FOX, 2010. Gayatri Chakravorty Spivak: Deconstructionist, Marxist, feminist, postcolonialist. Em: Gloria J. LECKIE, Lisa M. GIVEN, e John BUSCHMAN, eds. *Critical Theory for Library and Information Science: Exploring the Social from Across the Disciplines*. Santa Barbara: Libraries Unlimited, pp. 295-309.

- ORNELAS, Analisa, 2011. Queer as Folksonomies. Em: Ellen GREENBLATT, ed. *Serving LGBTIQ Library and Archives Users: Essays on Outreach, Service, Collections and Access*. Jefferson: McFarland & Company, pp. 229-239.
- PATIN, Beth, et al., 2021. Interrupting epistemicide: A practical framework for naming, identifying, and ending epistemic injustice in the information professions. *Journal of the Association for Information Science and Technology*. 72(10), 1306-1318. DOI: <https://doi.org/10.1002/asi.24479>.
- PATIN, Beth, et al., 2020. Toward epistemic justice: An approach for conceptualizing epistemicide in the information professions. *Proceedings of the Association for Information Science and Technology*. 57(1), e242. DOI: <https://doi.org/10.1002/pra2.242>.
- PATIN, Beth, Tyler YOUNGMAN, e Elliott HAUSER, 2024. Toward an Etiology of Harm for Knowledge Organization: Onto-Epistemic Injustice in Classificatory Systems of Record. *Knowledge Organization*. 51(7), 495-513.
- PHYAK, Prem, 2021. Epistemicide, deficit language ideology, and (de)coloniality in language education policy. *International Journal of the Sociology of Language*. (267-268), 219-233.
- PINHO, Fabio Assis, 2022. Termos fronteiriços no domínio gênero e sexualidade na Organização do Conhecimento. Em: Gustavo SALDANHA, Tatiana de ALMEIDA, e Naira SILVEIRA, org. *Teorias críticas em organização do conhecimento*. Rio de Janeiro: IBICT, pp. 55-72.
- PINHO, Fabio Assis, e José Augusto Chaves GUIMARÃES, 2012. Male Homosexuality in Brazilian Indexing Languages: Some Ethical Questions. *Knowledge Organization*. 39(5), 363-369.
- RIGGS, Wayne, 2012. Culpability for epistemic injustice: deontic or aretetic? *Social Epistemology*. 26(2), 149-162.
- ROBINSON, Louise, 2000. *The dismissal of Miss Ruth Brown: civil rights, censorship, and the American library*. Norman: University of Oklahoma Press.
- ROSOLA, Martina, e Federico CELLA, 2020. Generics and epistemic injustice. *Ethical Theory and Moral Practice*. 23(5), 739-754.
- SALDANHA, Gustavo, Tatiana de ALMEIDA, e Naira SILVEIRA, org., 2022. *Teorias críticas em organização do conhecimento*. Rio de Janeiro: IBICT.
- SAMUELSSON, Jenny, 2010. Knowledge Organization for Feminism and Feminist Research: A Discourse Oriented Study of Systematic Outlines, Logical Structure, Semantics and the Process of Indexing. *Knowledge Organization*. 37(1), 3-28.
- SANCHEZ, Paloma, e María Eugenia SANCHEZ, 2022. Social design, whitening and epistemicide: a Mexican case. *Tapuya: Latin American Science, Technology and Society*. 5(1).
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 2018. *Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia*. Buenos Aires: CLACSO.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 2007. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos Cebrap*. (79), 71-94. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>.
- SANTOS, Graziela dos, 2022. Teoria crítica da colonialidade na Organização do Conhecimento Lima. Em: Gustavo SALDANHA, Tatiana de ALMEIDA, e Naira SILVEIRA, org. *Teorias críticas em organização do conhecimento*. Rio de Janeiro: IBICT, pp. 109-132.
- SCHWARTZ, Joan M., e Terry COOK, 2002. Archives, records and power: the making of modern memory. *Archival Science*. (2), 1-19.
- SHARMA, Shreya, e Payel PAL. Visualizing «Epistemic Injustice»: Deciphering «Plurality» in Orijit Sen's River of Stories. *South Asian Review*. (76), 120-138.
- SILVA, Franciêlle Carneiro Garcês da, 2022. Dorothy Porter Wesley e a organização do conhecimento: um olhar a partir da Teoria Crítica Racial Duboisiana. Em: Gustavo SALDANHA, Tatiana de

- ALMEIDA, e Naira SILVEIRA, org. *Teorias críticas em organização do conhecimento*. Rio de Janeiro: IBICT, pp. 73-90.
- SMIT, Johanna Wilhelmina, e Aldo de Albuquerque BARRETO, 2002. Ciência da informação: base conceitual para a formação do profissional. Em: *Tradução*. São Paulo: Polis, pp. 9-23.
- SMITH, Leonie, e Alfred ARCHER, 2020. Epistemic injustice and the attention economy. *Ethical Theory and Moral Practice*. **23**(5), 777-795.
- SOARES, Sandro Vieira, Icaro Roberto Azevedo PICOLLI, e Jacir Leonir CASAGRANDE, 2018. Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Bibliométrica, Artigo de Revisão e Ensaio Teórico em Administração e Contabilidade. *Administração: Ensino e Pesquisa*. **19**(2), 308-339. DOI: <https://doi.org/10.13058/raep.2018.v19n2.970>.
- SONKQAYI, Gift, 2024. Revisiting the debates on «epistemicide»: Insights from the South African school curriculum. *Educational Review*. **76**(5), 1307-1324.
- STROUPE, David, Enrique SUÁREZ, e Déana SCIPIO, 2025. Epistemic injustice and the «Nature of Science». *Journal of Research in Science Teaching*. **62**(4), 901-941.
- SYMONS, John, e Ramón ALVARADO, 2022. Epistemic injustice and data science technologies. *Synthese*. **200**, 87.
- TOBI, Abraham, 2024. Epistemic Injustices Online. *Topoi*. **43**, 1369-1378.
- VINTEN, Robert, 2025. Wittgenstein, Religion and Deep Epistemic Injustice. *Religions*. **16**(4), 418.
- WILMOT, Natalie Victoria, 2024. Language as a source of epistemic injustice in organisations. *Journal of Business Ethics*. **195**(2), 233-247.
- YEON, Jieun, et al., 2023. Epistemicide Beyond Borders: Addressing Epistemic Injustice in Global Library and Information Settings through Critical International Librarianship. *The International Journal of Information, Diversity, & Inclusion*. **7**(1/2).
- YOUNGMAN, Tyler, et al., 2022. Epistemicide on the Record: Theorizing Commemorative Injustice and Reimagining Interdisciplinary Discourses in Cultural Information Studies. Em: *Proceedings of the Association for Information Science and Technology*. **59**(1), 358-367.
- ZERMEÑO-FLORES, Ana Isabel, Thomas TUFTE, e Mabel Andrea NAVARRETE-VEGA, 2024. Knowledge production and epistemic injustices: The use of digital technologies and artificial intelligence. *MedieKultur: Journal of media and communication research*. **40**(76), 120-138.